

MEC CONFIRMA AGENDA DE REUNIÃO DA CNSC-COMISSÃO NACIONAL DE SUPERVISÃO DA CARREIRA

A FASUBRA no dia 12 de Novembro, dando sequência ao Calendário de Mobilização iniciado no dia 21 de outubro, passando pela participação na 6ª Marcha dos Trabalhadores(as) Pela Redução da Jornada de Trabalho e pela ratificação da Convenção 151 no Senado Federal (já aprovada na Câmara), encaminhou o dia 12 de novembro, UMA manifestação em frente ao MEC, com o seguinte eixo:

As delegações do SINTET-UFU (Uberlândia), SINTUFRJ (Rio de Janeiro), que vieram para a 6ª Marcha, permaneceram na manifestação. Incorporam este Grupo, representação da Caravana do SINTUF (Mato Grosso) e do SINTUNIFESP (São Paulo), além de representação da Direção Nacional da FASUBRA (Léia, Rolando, Luizão, Janine, Luiz Antonio e Maninho).

A representação da FASUBRA foi recebida pela Secretária de Educação Superior (SESU), Paula Dallari, pela Coordenadora das IFEs Adriana Rigon Weska e pelo Coordenador Geral de Gestão de Pessoas Antonio Leonel Cunha.

A FASUBRA cobrou do MEC a data de instalação da CNSC, fazendo destaque ao papel dessa Comissão nos desdobramentos das prerrogativas da Lei 11091(PCCTAE), registrando a importância da conquista da Carreira para o conjunto dos trabalhadores(as) das IFES. Foi ainda questionado a resposta do MEC ao documento enviado pela FASUBRA, cobrando posição do MEC acerca de notícias veiculadas, quanto a uma fala do MEC(Marco Aurélio) em reunião com setores que integram o conjunto da categoria, de que não acreditam na luta coletiva da categoria e querem destruir uma conquista histórica, como o PCCTAE. Manifestamos a nossa indignação pelo fato da CNSC estar parada há quase dois anos, bem como a inexistência de movimento por parte da SESU, no sentido da construção de Programas de Capacitação em nível *latu sensu* (mestrado), a exemplo da iniciativa da SETEC, para os trabalhadores dos CEFETS e IFETS.

Cobramos ainda informações acerca da Agenda de Autonomia que o MEC vem debatendo com a ANDIFES, dando um destaque aos HU's e a reposição de vagas de Técnicos Administrativos (técnico equivalente), bem como a posição do MEC a cerca do Acórdão do TCU que limita até 2010 o pagamento dos trabalhadores das Fundações nos HUs pagos com recursos do SUS.

Finalmente reforçamos nossa posição acerca da defesa da Carreira, da unidade do conjunto da categoria, da posição contrária a qualquer proposta que possa separar os trabalhadores(as) dos HU's da Universidade, bem como qualquer modelo de gestão que venha a desvincular os HU's das Universidades. Reafirmamos a nossa compreensão da complexidade dos HU's, dado a diversidade de sua atuação, que além de cumprir com o princípio indissociável do ensino, da pesquisa e da extensão, atua, através da assistência, na rede integrada do SUS. Expusemos nossa opinião, que reflete o princípio da identidade única dos trabalhadores em educação técnico-administrativos das IFES, independentemente do seu local de trabalho ou de seu nível

escolar formal, bem como o perfil dos trabalhadores(as) dos HU's, que são unidades acadêmicas – Hospital-Escola, portanto todos(as) são trabalhadores em educação.!

A Secretaria Paula Dallari informou que a demora na retomada dos trabalhos da CNSC, se deu devido a mudança de integrantes, tanto do MEC, quanto dos reitores e também das entidades. Colocou ainda, que a portaria com as indicações foi publicada no DOU do dia 19 de novembro, e que a data de convocação da reunião já está agendada para o dia 24 de novembro, e que este tempo é necessário para que o MEC possa providenciar as passagens dos integrantes da CNSC.

Com relação ao documento enviado pela FASUBRA, informou que o MEC já respondeu, reafirmando a compreensão daquele ministério, de que a FASUBRA é a representante da categoria dos técnico-administrativos das IFES e de que não existe carreira para a Classe E.

A respeito da Agenda Autonomia informou que se trata de um conjunto de documentos que visam atender o Acórdão Nº 2371 do TCU. Informou que todo este conjunto de medidas tem sido conversado e discutido com os diversos atores, que sabe que se trata e uma agenda complicada, porém que visa fortalecer a Universidade, do ponto de vista de Capacitar, Reequipar, Estruturar. A Secretária entende que a Agenda Autonomia tem que ter uma coordenação geral do MEC e uma articulação com todos os outros atores tais como o Planejamento, Ministério da Ciência e Tecnologia, Andifes, entre outros.

Informou ainda que dos itens que integram a Agenda Autonomia, só estão prontos os temas da Regulamentação da Dedicção Exclusiva e a Regulamentação das Fundações de Apoio Privadas. A Regulamentação da Dedicção Exclusiva que permite a participação dos Docentes em projetos, via fundações de apoio privados, foi imediatamente aceita pelo Planejamento e após várias reuniões foi aprovada pela ANDIFES e está sendo incorporada na Carreira dos Docentes. A partir dessa regulamentação, a participação de docentes e técnico-administrativos e estudantes, se dará através de aprovação nos colegiados, e o pagamento será incluído na folha. A Regulamentação das Fundações também já está elaborada e já foi aprovada pela ANDIFES com ressalvas apenas no tocante a obras. Todo o restante da Agenda Autonomia ainda está sendo elaborado. O Técnico- Equivalente será nos mesmos moldes do Professor Equivalente, deverá observar o limite orçamentário que está em preparação no Ministério do Planejamento. Questionada, explicou que haverá reposição automática de vagas, equivalente ao mesmo Nível de Capacitação, através de Concurso Público.

A respeito dos HUs a Secretária informou que está sendo elaborado um novo Acórdão do TCU, específico para os HUs, nos moldes do Acórdão nº 2371, que tratou especificamente das Fundações de Apoio Privadas. O TUC está fazendo uma auditoria em todos os Hospitais Universitários. Informou que só a partir deste Acórdão e da discussão de um novo Modelo de Gestão é que vão discutir a reorganização da Força de Trabalho nos Hospitais Universitários. Qualquer discussão antecedendo o Acórdão será uma discussão preliminar.

Ao ser questionada porque não faria o Concurso Público e sim o CTU- Contrato Temporário da União a Secretária respondeu que não se trata apenas de repor a força de trabalho, mas que é necessário pensar um novo Modelo de Gestão para poder pensar toda a política para a força de trabalho, e que este debate ainda está em curso. Sobre a preocupação da direção da

FASUBRA quanto ao limite da contratação do pessoal das Fundações até 2010 a Secretária informou que acredita que haverá um novo termo de Ajuste de Conduta prorrogando este prazo após o novo Acórdão, pois existe uma abertura muito grande por parte do TCU.

A Secretária Paula Dallari afirmou que os Hospitais Universitários são 30% Ensino e 70% Assistência e os custos do financiamento são 70% do MEC e 30% da Saúde. Informou que estão trabalhando para dividir os custos 50% para o MEC e 50% para o Ministério da Saúde e pediu ajuda da FASUBRA neste debate.

Sobre a Capacitação foi informado pela Coordenadora das IFES Adriana Rigon Weska que estão trabalhando um Mestrado Profissionalizante para todas as Universidades junto com a CAPES, sendo dois terços de forma presencial e um terço em serviço(local de trabalho). Será feito uma Chamada Pública e se dará através de um Consórcio de Universidades. O formato desse Programa será apresentado dia 24 na Reunião da CNSC.